

Editorial

REFERENCIA NORMALIZADA

Consejo de Redacción (2010) “Editorial” (português). *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 1, núm. 1, 19-21.

A revista *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder* visa a dar visibilidade a um campo de estudo em crescente expansão, o da Geopolítica, em particular, e às reflexões de caráter espacial sobre as relações de poder, de forma geral. Depois de ter sido praticamente abandonada, após a Segunda Guerra Mundial, ao ver-se vinculada à política agressiva e expansionista do Terceiro Reich Alemão, esse campo viveu, a partir dos anos 1970, um reflorescimento, principalmente a partir de perspectivas críticas neo-marxistas, pós-estruturalistas e de outros teores.

Apesar de que as tendências conservadoras da geopolítica, estreitamente vinculadas com as práticas tradicionais da “política do poder”, continuarem presentes no panorama intelectual de inícios do século XXI, a novidade no campo se encontra no desenvolvimento das geopolíticas radicais — no plural, já que não constituem um todo unificado e nem sequer articulado, cujo autêntico pioneiro foi o francês Yves Lacoste, que edita, a partir de 1976, a revista *Hérodote*, onde apareceram importantes análises geopolíticas de várias áreas do planeta, com especial ênfase no estudo das situações de conflito. No entanto, talvez tenha sido o inglês Peter J. Taylor, também fundador em 1982 de outra revista especializada, *Political Geography*, quem contribuiu a assentar uma das bases que permitiu renovar a Geopolítica, em uma perspectiva radical, ao aplicar à Geografia Política a análise dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein, já que considera que “oferece uma oportunidade aos geógrafos políticos de retomar à análise na escala global sem ter de render tipo algum de homenagem a Mackinder”, sendo possível, além disso, estudar o conflito Norte-Sul, e não somente o pretenso enfrentamento entre a potência continental e a potência marítima, como propunha o britânico.

Outras bases fundamentais da renovação radical foram as tentativas de desenvolvimento de uma geografia do poder, cujos expoentes mais proeminentes podem ser Claude Raffestin e Paul Claval, que partem da idéia de que o poder é algo que circula, que aparece em todas as relações sociais como seu elemento constitutivo, e produz o território a partir do espaço. Deste modo, as relações espaciais são, em última instância, relações de poder, sendo estas últimas o “problema” objeto de estudo de uma Geografia Política que não quer seguir os passos “totalitários” da versão clássica da disciplina. A relação seria o momento fundamental para a análise do poder, já que este se mascara e se oculta, não podendo ser facilmente apreensível nem quantificado; porém, o poder se manifesta através da relação, quando entram em jogo os polos que se enfrentam ou se unem, momento no qual se criam “campos” de poder passíveis de análise.

A corrente que adota, de forma explícita, uma perspectiva que denomina “geopolítica crítica” está ligada aos trabalhos pioneiros de John Agnew, ainda que sua formulação concreta tenha sido desenvolvida por Simon Dalby e Géaroid Ó Tuathail. Esses autores partem da idéia fundamental de re-conceituar a Geopolítica como discurso, que contribui à construção cultural do mapa geopolítico global. Entendida como discurso, caberia diferenciar uma “geopolítica prática” de uma “geopolítica formal”. A primeira seria uma atividade estatal, um exercício no qual o mundo é “especializado” em regiões com características diversas atribuídas pela burocracia responsável da política exterior dos Estados (principalmente diplomáticos e militares), enquanto à segunda corresponderiam as teorias, modelos e estratégias elaborados pelos “intelectuais da segurança” (acadêmicos, pesquisadores de *think-tanks*,...) a fim de guiar e justificar as ações da geopolítica prática. Outros autores introduziram posteriormente o conceito de “geopolítica popular”, referindo-se à cultura popular, aos raciocínios geopolíticos elaborados nos meios de comunicação, no cinema, na novela, entre outros, e que contribuem de forma decisiva à produção e circulação do “sentido comum” geopolítico, dos pressupostos geopolíticos assumidos pelos cidadãos e que permitem, de certa forma, que a geopolítica prática e formal se tornem “inteligíveis”. A revista em inglês *Geopolitics*, publicada actualmente por Routledge, resulta desse tipo de trabalhos.

A nossa revista *Geopolítica(s)* terá como foco particular duas regiões, América Latina e os países ibéricos, que formam em conjunto um espaço com certas vinculações culturais e históricas: o espaço ibero-americano. Nesse sentido, também aspira a ser uma revista de geopolítica onde se expressem, de forma privilegiada, autores do mundo ibero-americano. No entanto, isso não constitui um óbice para que sejam submetidos e publicados artigos teóricos de geopolítica, assim como reflexões sobre outras regiões do mundo. Ou seja, trata-se de uma revista de geopolítica, que será publicada principalmente em castelhano (muito embora também sejam admitidos artigos em português e inglês), mas que não pretende ser tão somente uma revista ibero-americana de geopolítica.

A presente iniciativa é fruto da convergência de redes e esforços coletivos, como a Rede de Estudos Sócio-Espaciais (RESE), o projeto e rede euro/latino-americana AMELAT XXI, a rede de docentes e pesquisadores do doutorado inter-universitário “Conflito político e processos de pacificação” e a área de Geografia Política da Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madri (UCM). Portanto, ainda que a revista inicie seu caminho com suporte administrativo e editorial da UCM, não é um projeto exclusivo dessa universidade. Não poderia ser de outro modo, já que em um mundo crescentemente interdependente, no qual o colapso espaço-tempo, assinalado por David Harvey, se aprofunda cada vez mais, os esforços individuais estão destinados ao fracasso. A ajuda mútua, apontada há muito tempo por Piotr Kropotkin, torna-se assim o único princípio de progresso para a humanidade.

A revista acolherá trabalhos que partam de uma perspectiva tradicional —ou seja, aqueles que entendem que a geopolítica é uma perspectiva de análise científica da relação entre poder e espaço em escala global—, mas o objetivo explícito é servir de alto-falante para as perspectivas críticas desenvolvidas mais recentemente —em

particular, as que entendem que a “geopolítica” é um discurso que deve ser analisado e desconstruído. No relativo à escala, os estudos tradicionais da geopolítica se desenvolveram em uma escala global, tendo aos Estados como atores privilegiados. Contudo, esta tendência vem sendo crescentemente questionada e, deste modo, por um lado, desprezar como atores geopolíticos aos movimentos sociais transnacionais, as ONGs de âmbito global ou as organizações internacionais conduz a um entendimento enviesado de muitas questões geopolíticas de máxima importância. E, por outro lado, também devemos reivindicar o estudo da geopolítica em outras escalas, além da global, já seja das regiões existentes ao interior dos Estados (a “geopolítica interna” de *Hérodote*, por exemplo) ou a das localidades (“geopolítica das localidades”), mas também a geopolítica dos espaços macrorregionais de integração supranacional que, na atualidade, já são algo mais que meras justaposições comerciais de Estados. Esta abertura para a geopolítica urbana e regional se dá de forma paralela à preocupação pelos novos temas que vem ocupando as geopolíticas críticas, tais como a geopolítica de gênero, geopolítica do conhecimento, geopolítica dos recursos naturais, etc.

Em definitiva, *Geopolítica(s)* quer contribuir ao desenvolvimento de uma perspectiva de análise plural —no metodológico e no teórico— e multiescalar sobre as relações entre espaço e poder, preferencialmente nos países ibéricos e latinoamericanos, mas abertos ao mundo e a seu conhecimento global.